

A produção acadêmica brasileira em Comunicação: perspectivas dos Novos Tempos¹

RESUMO

Este texto, proferido como Aula Magna na abertura do Doutorado da FAMECOS/PUCRS, em agosto de 1999, constitui um inventário e uma projeção dos estudos em Comunicação no Brasil.

ABSTRACT

This lecture examines the history of Brazilian communication studies. It stresses its internal conflicts, intellectual challenges, identity, and institutional process of legitimation, as well as the international recognition of the communication field; and, most importantly, it gives an idea of the consolidation of the field within the Brazilian academic environment.

1 Introdução

O CAMPO DAS Ciências da Comunicação existe na sociedade brasileira há 50 anos, desde quando foram instalados os primeiros cursos superiores de Jornalismo e depois da criação dos pioneiros institutos de pesquisa de audiência da mídia. Sua fisionomia corresponde inicialmente a uma produção intelectual de natureza ensaística, estocando e sistematizando os saberes oriundos do mundo profissional (imprensa, propaganda, opinião pública).

A ampliação para incorporar novos segmentos comunicacionais (cinema, edição, relações públicas, radio-teledifusão, lazer, divulgação científica, extensão rural) somente ocorre a partir dos anos 60. Verifica-se ao mesmo tempo uma mudança nos espaços de geração de conhecimentos novos: as emergentes escolas de comunicação iniciam atividades regulares de pesquisa.

Este é o momento em que começa a se configurar uma comunidade acadêmica constituída por professores-pesquisadores. Os cursos de pós-graduação em comunicação, encravados nas universidades, absorvem os primeiros doutores diplomados em instituições estrangeiras ou titulados no próprio país.

Conforma-se, portanto, uma comunidade de cientistas da comunicação, dotada de perfil híbrido. Alguns pertencem aos diferentes setores da comunicação de massa (com hegemonia do jornalismo), outros procedem das disciplinas conexas (humanidades e ciências sociais).

Mas é sem dúvida a criação de socie-

José Marques de Melo²

Prof. Dr. da Universidade Metodista de São Paulo

dades científicas aglutinadoras de tais pesquisadores acadêmicos (UCBC, ABEPEC, INTERCOM e mais recentemente ABE-COM e COMPÓS) que vai delinear os traços definidores dessa comunidade ascendente. No âmbito profissional surgiriam também entidades corporativas, reunindo os pesquisadores mercadológicos (SBPM, ABEPEM e ANEP).

Os dois segmentos, tanto o acadêmico quanto o profissional, tratariam de estabelecer vínculos internacionais, respectivamente com a IAMCR e a ESOMAR.

Trata-se de uma comunidade que, pouco a pouco, vem adquirindo visibilidade social. Traçar o seu perfil sociocultural é a intenção do presente ensaio. Vamos fazer o resgate da sua trajetória histórica, anotando evidências que permitem compreender sua luta pela subsistência, os conflitos internos, os desafios intelectuais, a busca da identidade científica, o processo de legitimação institucional, o reconhecimento internacional, delineando também suas perspectivas de consolidação no panorama universitário.

2 Cronologia do campo

Não obstante o campo venha se notabilizando a partir dos anos 40, isto não significa dizer que a mídia nunca tenha sido objeto de estudo científico no Brasil. Ao contrário, temos evidências de pesquisas anteriores, valorizando os fenômenos midiáticos e procurando elucidá-los no bojo da nossa sociedade.³

Por isso mesmo, a história das ciências da comunicação pode ser organizada em cinco fases, de acordo com a seguinte cronologia:

Desbravamento	1873-1922
Pioneirismo	1923-1946
Fortalecimento	1947-1963
Consolidação	1964-1977
Institucionalização	1978-1999

Vamos caracterizar cada uma dessas

fases, ressaltando seus indicadores mais representativos.

3 Desbravamento

Esta fase começa quando a *imprensa* se converte em objeto de *pesquisa* e termina quando o *jornalismo* começa a ser pensado como campo de *ensino*. Seus protagonistas são inicialmente os intelectuais que se valem da imprensa para disseminar idéias e conhecimentos. O contato permanente com o veículo acentua-lhes a dimensão do seu impacto social. Naquela época os jornais diários iniciavam uma trajetória vertiginosa, adquirindo feição industrial e desenhando a fisionomia da sociedade de massas, na Europa⁴ e na América do Norte.⁵ Daí o interesse em pesquisar seus antecedentes em território brasileiro.

Tudo começa em 1859, quando o Cônego Fernandes Pinheiro⁶ publica, no Rio de Janeiro, um artigo sobre a imprensa brasileira, numa revista cultural, atribuindo aos holandeses, colonizadores de porções do território nordestino no século XVII, a primazia da implantação da imprensa no Brasil.⁷ Ao destacar esse detalhe, o autor punha lenha na fogueira dos que criticavam o “obscurantismo” da colonização portuguesa no Brasil e exaltavam a ousadia “progressista” do Conde Maurício de Nassau. A ausência da imprensa em nossa história colonial constituía, portanto, indicador expressivo dessa defasagem entre os dois projetos coloniais.⁸ Essa linha de argumentação foi sendo reforçada por Moreira de Azevedo,⁹ Souza Martins¹⁰ e outros historiadores vinculados ao Instituto Histórico Brasileiro, sediado no Rio de Janeiro. Tais versões se fundamentavam no livro do historiador francês P. M. Netscher,¹¹ reiteradas posteriormente na obra do Visconde de Porto Seguro,¹² cujas pesquisas estavam ancoradas em fontes não suficientemente confiáveis.

A tese incomodava bastante os historiadores pernambucanos, cuja motivação

principal, ao criarem o seu próprio Instituto Histórico, tinha sido justamente a de valorizar o “nativismo” da Restauração Pernambucana que culminou com a Batalha dos Guararapes.¹³ Esse episódio resultara da coalizão entre índios, negros e lusitanos para expulsar o “invasor” holandês, cuja longa permanência em nosso litoral sempre foi creditada à vacilação da realeza ibérica, então dominando Espanha e Portugal e seus territórios coloniais.

Os debates sobre a controvérsia relativa à imprensa induzem os intelectuais pernambucanos a desqualificá-la, taxando-a de “inverdade histórica”. Para comprovar a hipótese, encorajam um de seus pares, José Higino Duarte Pereira a empreender uma missão científica nos arquivos holandeses, o que efetivamente foi realizado a partir de 1873. A imprensa se converte, portanto, em objeto de pesquisa científica.

Na busca de evidências capazes de restaurar o orgulho ferido da pernambucanidade, o professor poliglota recebe subsídios federais para pesquisar nos Arquivos das Índias Ocidentais, distribuídos em várias cidades holandesas. Seu desafio era dirimir a polêmica histórica sobre a “mítica” tipografia holandesa de 1642. Essa penosa investigação foi coroada de êxito científico. Mas ela acarretou prejuízos ao pesquisador, vítima de perseguições políticas, o que determinaria seu retorno ao país antes de concluir o projeto.

De qualquer maneira, as evidências coletadas foram suficientes para refutar a tese sobre a existência da imprensa no Brasil Holandês. Em sessão solene do Instituto Histórico Pernambucano, Duarte Pereira apresenta exaustiva comunicação sobre suas pesquisas, anexando a tradução dos documentos consultados. A publicação integral desse convincente relatório se faria em edição especial da Revista da sociedade.¹⁴

É sintomático que a curiosidade pela imprensa continuaria viva nesse grupo de historiadores pernambucanos, *doubleurs* de jornalistas, que compareciam regularmente

às páginas do *Diário de Pernambuco* para publicar artigos, resenhas, comentários. Permanece o interesse pela tentativa holandesa de fazer funcionar prelos no Recife, durante o Governo de Nassau. Mas volta-se também para as tentativas frustradas de implantação da imprensa, que ali ocorreram durante o regime colonial português.

Em 1891, Pereira da Costa¹⁵ divulga os resultados das suas pesquisas sobre as “clandestinas” tipografias pernambucanas de 1706 e 1816, imediatamente seqüestradas pelo governo português. Apesar dessa atitude censória, o historiador ressalta a precedência lusitana na história da nossa imprensa, minimizando assim a iniciativa dos holandeses, ousada mas não consumada. Para reforçar sua argumentação, menciona a existência de “impressos” que comprovam a atividade da tipografia de 1706, principalmente orações devotas e letras de câmbio. No entanto, ele encontrou maiores evidências documentais sobre a tipografia de 1816, a qual ficou inativa até o ano seguinte, quando os revolucionários republicanos de 1817 a utilizaram para editar seus proclamos ao povo pernambucano. Além de registrar fatos vinculados às primeiras tipografias pernambucanas, Pereira da Costa anota evidências sobre as demais tipografias e jornais existentes na Província até a década de 1830, anexando documentos que comprovam suas pesquisas.

Anos depois, Alfredo de Carvalho¹⁶ retomaria a questão da imprensa holandesa. Ele refaz o itinerário interrompido por Duarte Pereira nos arquivos holandeses, esclarecendo definitivamente o episódio. Robustece a tese de que, durante o Governo de Maurício de Nassau, em Pernambuco, não funcionou nenhuma tipografia no Recife. Elucidou de forma convincente a origem do equívoco histórico, ou seja, a circunstância de haver Nassau solicitado um tipógrafo e um prelo a Amsterdã. Consultando a correspondência oficial trocada entre os governantes holandeses no Brasil e a direção da Companhia das Índias Ocidentais, conservada no Arquivo Real de Haia,

o jornalista/historiador encontrou inúmeras referências ao pedido, às respostas, bem como às reiterações para o envio do prelo, mesmo depois da viagem do tipógrafo Pieter Janszoon e do anúncio da sua morte durante o trajeto marítimo. Não há qualquer comprovação de que Amsterdã tenha atendido ao pleito, apesar dos dirigentes holandeses no Brasil continuarem reclamando a tipografia. Esta nunca chegou ao Brasil. No entanto, circularam folhetos na Europa supostamente impressos no Recife, datados de 1645. Estes haviam sido originalmente escritos no Brasil, mas concluídos na Holanda, onde foram impressos. A indicação do Recife como local de publicação representou estratégia para evitar sanções legais aos autores pelo caráter denunciativo dos opúsculos. Ao concluir seu artigo, diz Carvalho: "...cremos haver encerrado o debate sobre a tão disputada questão do estabelecimento da imprensa em Pernambuco pelos holandeses, tendo provado que realmente foi tentado, mas, não chegou a se realizar".

Liquidada essa fatura, dedicou-se Alfredo de Carvalho¹⁷ a inventariar os progressos da imprensa brasileira, mobilizando pesquisadores nas diversas unidades da Federação para apresentar seus resultados durante a efeméride comemorativa da introdução *oficial* da imprensa no Brasil pelo Corte de D. João VI, que aqui aporta em 1808. Trata-se do primeiro projeto de "pesquisa integrada" realizada no Brasil, repertoriando informações sobre a imprensa de todo o país, no século passado e primeira década deste século. Na condição de líder da equipe, Alfredo de Carvalho¹⁸ escreve alentada monografia sobre a trajetória histórica da imprensa brasileira, incentivando seus colaboradores a produzir perfis regionais.

Essa iniciativa teve também um componente daquilo que hoje se chamaria "extensão comunitária", pois os documentos principais foram exibidos publicamente no Rio de Janeiro, através de uma exposição comemorativa do centenário da nossa im-

pressa. Antes dela, outra pesquisa fora realizada por Alfredo de Valle Cabral,¹⁹ inventariando a produção impressa brasileira durante o regime colonial, basicamente livros e opúsculos, mas incluindo as gazetas editadas sob o jugo da Censura Régia.

Tais mostras e catálogos funcionaram como testemunho coletivo da pujança da imprensa brasileira na passagem do século, que deixara de ser mero instrumento político-partidário para se transformar em empresa comercialmente auto-sustentável. Esse ambiente legitimador do papel social da mídia impressa certamente influenciaria o jornalista Gustavo de Lacerda a fundar, no ano do centenário, a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), desafiando a nova entidade a manter uma escola profissional destinada a formar jornalistas.²⁰

O projeto da escola de jornalismo ficou no esquecimento, depois da morte prematura de Gustavo de Lacerda, sendo retomado somente em 1918, quando a ABI promove o I Congresso Brasileiro de Jornalistas. O ensino profissionalizante ainda era uma inovação difícil de ser assimilada, num país dominado pelo bacharelismo.²¹

Mas o clima reinante na intelectualidade da capital federal, espraiando-se por todo o país, era francamente propício à pesquisa e à reflexão sobre a mídia impressa. Tanto assim que encontramos, nesse período, vários estudos sobre os fenômenos da comunicação massiva, assinados por autores do porte de Ruy Barbosa,²² A. da Cunha Barbosa,²³ Max Fleuiss,²⁴ Felix Pacheco,²⁵ Ernesto Senna,²⁶ José Veríssimo,²⁷ etc. Estamos, ainda, no território restrito do ensaísmo, produzindo conhecimento oriundo da análise documental, mesmo assim ancorado em fontes secundárias. São poucas as incursões pelos documentos primários, tal como fizeram os desbravadores pernambucanos no final do século passado.

4 Pioneirismo

A segunda fase acena em direção ao empi-

risimo, apesar de persistir uma certa hegemonia ensaística.

O divisor de águas é o estudo realizado pelo jornalista Barbosa Lima Sobrinho²⁸ sobre a liberdade de imprensa. Escrito em ritmo de reportagem, o livro foi pensado como uma contribuição para o debate em torno da lei de imprensa que tramitava no Congresso Nacional, mais conhecida pelo nome do seu autor, o senador paulista Adolpho Gordo.²⁹

Revelando grande erudição, o pesquisador pernambucano traça um panorama do desenvolvimento da imprensa para nele situar a problemática da sua regulamentação legal. Ele faz uma exegese completa das teses que compunham o arcabouço da Lei Adolpho Gordo.

Fugindo ao padrão dos tratados jurídicos ou dos textos históricos, o autor se propõe a elucidar cada questão com muita simplicidade e bastante clareza, construindo uma espécie de manual para o fortalecimento da cidadania. Ele se vale da argumentação jornalística para explicar os fatos, sugerindo soluções consentâneas com a tradição liberal. Em substituição aos mecanismos autoritários propostos pelo legislador, ele advoga posturas que correspondem ao amadurecimento da sociedade, muito próximas da auto-regulamentação e da responsabilidade social.

Seu último capítulo sinaliza em direção à educação coletiva, sugerindo que a maior garantia para a liberdade da imprensa está na vigilância exercida pelos próprios cidadãos, enquanto editores, jornalistas ou leitores. Ela não deixa, contudo, de diagnosticar a transição que se operava na imprensa brasileira, passando a cultivar um tipo de jornalismo em que a informação perde a sua destinação política para assumir o perfil de mercadoria.

Vislumbrávamos, então, o limiar do jornal-empresa, cuja fisionomia só seria incorporada nacionalmente a partir dos anos 50. Mas Barbosa Lima Sobrinho fareja seu movimento, alertando para as conseqüências da mutação em processo.

Qual o diferencial dessa obra, se comparada a outras do gênero, produzidas antes ou depois? Além da metodologia jornalística que o autor emprega para construir a agenda temática e tecer a argumentação, ele recorre a conhecimentos históricos e jurídicos sem neles deixar-se enredar. Na verdade, Barbosa Lima Sobrinho escreve o primeiro tratado de *teoria do jornalismo brasileiro*, fazendo generalizações e extrapolações que foram se confirmando com o passar dos anos. Nesse sentido é um estudo que nasceu clássico. Tanto assim que, ao ser reeditado, 65 anos depois, raríssimas alterações o autor teve necessidade de fazer.

Trata-se de um exercício de reflexão jornalística realizado segundo a ótica peculiar ao campo profissional. Daí a sua longevidade e credibilidade, criando um padrão que seria continuado décadas à frente por estudiosos como Danton Jobim, Luiz Beltrão ou Juarez Bahia.

Estavam criadas as condições para o surgimento de um campo singular de pesquisas que, apesar de unido pela interdisciplinaridade, adquire fisionomia própria. Ela advém da utilidade que enseja ao mundo do trabalho, possibilitando aos jornalistas e outros profissionais midiáticos a identificação de variáveis fundamentais para sedimentar as rotinas produtivas ou para engendrar novos instrumentos de ação codificadora, difusora ou retro-alimentadora. Situam-se nesse mesmo conjunto as contribuições que brotariam em territórios limítrofes, como as de Santos Leitão³⁰ no âmbito da *fotografia*, Mendes de Almeida³¹ no setor de *cinema*, Macedo de Carvalho³² no segmento da *publicidade*, Rubens Porto³³ no plano das *artes gráficas*.

Num patamar mais avançado, porque adentrando o universo do empirismo, estão aquelas pesquisas realizadas segundo os procedimentos da economia, sociologia ou psicologia social, porém destinados a desvendar a natureza comunicacional de objetivos essencialmente midiáticos. Elas incluem a primeira pesquisa de mercado patrocinada, em 1934, pela agência de pro-

paganda N. W. Ayer, sob a direção de Francisco Orlandi e Charles Dulley, com a finalidade de incrementar o consumo de café no território nacional.³⁴ Mas também os estudos sobre os fundamentos psicológicos dos anúncios, promovidos por Anieli Ginsberg, no período 1939-199, os quais muito influiriam nas estratégias persuasivas usadas pelas nossas primeiras agências de propaganda.³⁵ Contudo, as pesquisas de maior impacto foram aquelas realizadas por Gilberto Freyre, no Recife, tomando os anúncios de jornais como fonte de pesquisa social.³⁶ Além de usá-los para a demonstração de suas hipóteses de trabalho científico, desde o estudo pioneiro realizado como monografia de pós-graduação à obra clássica *Casa Grande e Senzala*, publicada em 1935, mas também nas que se seguiram, ele ousa até mesmo criar uma nova disciplina no território fronteiriço entre as Ciências Sociais e as Ciências da Comunicação, denominando-a Anunciologia.³⁷

Mas a fase do pioneirismo não se restringe à pesquisa. Ela se projeta também no âmbito do ensino. Enquanto a ABI continuava a reivindicar do Ministério da Educação fosse criada uma escola profissional de Jornalismo, a idéia de Gustavo de Lacerda viria a ser implementada por Anísio Teixeira, em 1935. Ele cria a nossa primeira Cátedra de Jornalismo, integrando-a à Universidade do Distrito Federal e designando como seu titular o jornalista Casta Rego, então diretor do jornal "Correio da Manhã".³⁸ Mas o projeto foi efêmero, pois a UDF vem a ser fechada pouco depois, tendo em vista a deposição do Prefeito Pedro Ernesto, na esteira dos acontecimentos que marcaram a *intentona comunista*.

As circunstâncias favoreciam os centros de formação para jornalistas. A modernização e a multiplicação das empresas do ramo apontavam em direção ao esgotamento do modelo caracterizado pelo treinamento de recursos humanos dentro das próprias redações. Tanto assim que vão surgir, fora da universidade, as primeiras escolas de jornalismo.

Em 1942, cria-se um curso no Rio de Janeiro, por iniciativa da Associação dos Jornalistas Católicos.³⁹ Em 1943, funda-se em São Paulo um curso livre de jornalismo, dirigido por Vitorino Prata Castelo Branco, que inova duplamente: experimenta o modelo de ensino à distância (curso por correspondência)⁴⁰ e produz o nosso primeiro manual de estudos jornalísticos.⁴¹ Nesse mesmo ano, o Ministro da Educação Gustavo Capanema viabiliza o ensino de jornalismo no Brasil, vinculando-o ao sistema de ensino superior. Oficializado desde 1938 por decreto do presidente Getúlio Vargas, atendendo ao pleito formulado ABI, o projeto dependia de regulamentação.⁴²

A culminância dessa fase coincide com a publicação do primeiro tratado de história da mídia impressa, resultado de uma pesquisa erudita e bem documentada, realizada pelo jornalista Carlos Rizzini.⁴³ Apesar de escrita fora da academia, essa obra logo seria legitimada pela comunidade intelectual, tal o seu valor científico.

Tal qual fizera Barbosa Lima Sobrinho, duas décadas atrás, Rizzini demonstra a possibilidade de reconstituir a história empregando procedimentos rigorosamente jornalísticos. Trata-se de uma reportagem em profundidade, desvendando a trajetória da informação pública, desde os protótipos pré-tipográficos aos modelos que caracterizariam a chamada "galáxia de Gutenberg". Por isso mesmo, o livro converteu-se em clássico precoce, esgotando-se rapidamente e passando à categoria de obra rara, disputada pelos bibliófilos. Em compensação, seu autor foi cooptado pelos primeiros cursos superiores de jornalismo que funcionaram regularmente em universidades brasileiras, tanto no Rio quanto em São Paulo. Ali continuaria suas pesquisas comunicacionais, dotadas de extremo rigor metodológico, brindando também os estudantes de jornalismo com aulas marcadas pela seriedade intelectual e pela qualidade didática.

Pode-se afirmar, sem sombra de dúvida, que Carlos Rizzini é o primeiro *scholar*

brasileiro do campo das ciências da comunicação.⁴⁴

5 Fortalecimento

Este período tem a universidade como cenário. Instalam-se e aperfeiçoam-se os nossos primeiros cursos de Jornalismo.⁴⁵ Primeiro em São Paulo, com o funcionamento da Escola de Jornalismo Cásper Líbero (1947), criada mediante convênio entre a Fundação Cásper Líbero (mantenedora do grupo midiático pilotado pelo jornal *A Gazeta*) e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Depois, no Rio de Janeiro (1948), com a implantação do Curso de Jornalismo da Universidade do Brasil, hoje denominada Universidade Federal do Rio de Janeiro, produto dos esforços desenvolvidos pela ABI junto ao Governo Federal desde o congresso dos jornalistas de 1918.

Essas duas instituições funcionariam como matrizes das atividades de ensino e pesquisa, posteriormente expandidas para todo o território nacional. Profissionais guindados à condição de professores sistematizam conhecimentos empíricos e os transmitem às novas gerações de jornalistas ou os convertem em livros, monografias, apostilas, ampliando a sua circulação no espaço e no tempo.

O caso paulista é singular, pois a Faculdade Cásper Líbero contava com o aparato gráfico do jornal *A Gazeta*, permitindo aos seus professores a transformação das aulas em manuais didáticos, que ganharam amplitude nacional, sendo usados pelos docentes das instituições similares criadas em outras cidades brasileiras.⁴⁶

Fenômeno distinto opera-se no Rio de Janeiro, onde a equipe docente busca estabelecer conexões internacionais. Tanto no sentido de buscar inspiração para aperfeiçoar os métodos de ensino e pesquisa quanto na projeção do embrionário pensamento comunicacional brasileiro. O primeiro aspecto pode ser ilustrado pela monografia escrita por Carlos Rizzini, relatando

sua visita às escolas de jornalismo dos Estados Unidos e de lá trazendo idéias do pragmatismo pedagógico que marcou a fisionomia do modelo aqui testado e aculturado.⁴⁷ O segundo aspecto transparece com nitidez na ação desenvolvida por Danton Jobim, *scholar* cujo brilhantismo merece o reconhecimento de universidades norte-americanas⁴⁸ e européias, que o convidam para proferir conferências ou ministrar cursos, disseminando a perspectiva brasileira de análise do jornalismo.⁴⁹ Tanto assim que Jobim fincaria a bandeira brasileira na sociedade mundial das ciências da comunicação – IAMCR – criada em Paris, em 1957.⁵⁰

Mas o fortalecimento do campo traduz-se principalmente pela ampliação da rede institucional dedicada ao ensino da comunicação. Em 1951, Rodolfo Lima Martensen busca o apoio do empresário Assis Chateaubriand para criar a nossa primeira escola de propaganda,⁵¹ hoje conhecida pela sigla ESPM - Escola Superior de Propaganda e Marketing. Em 1953, a Fundação Getúlio Vargas (RJ), promoveria uma série de cursos e conferências, além da edição de livros, disseminando o conhecimento internacional sobre as Relações Públicas.⁵² No ano seguinte cria-se em São Paulo a Associação Brasileira de Relações Públicas – ABRP – cujo núcleo fundador era integrado por especialistas que vinham promovendo cursos e seminários profissionais no Instituto de Organização Racional do Trabalho - IDORT⁵³. Iniciativas semelhantes ocorreriam no segmento da Cinematografia, sob a égide do movimento cineclubista principalmente respaldado pela Igreja Católica.⁵⁴ Mas até o início da década de 60 o Jornalismo permanecia como o único setor comunicacional legitimado pela universidade brasileira. Os demais setores cresciam fora dos muros acadêmicos. Sua assimilação universitária só se daria em 1963, quando Pompeu de Souza cria na Universidade de Brasília a primeira Faculdade de Comunicação de Massa, articulando os estudos de Jornalismo, Publicidade, Cinema e Rádio-Televisão.⁵⁵

Se Brasília iria sediar a nossa primeira escola de comunicação, a cidade do Recife acolheria o primeiro centro brasileiro de pesquisa na área. Em dezembro de 1963, Luiz Beltrão oficializaria a entidade científica que criara em convênio com a Universidade Católica de Pernambuco. Trata-se do ICINFORM – Instituto de Ciências da Informação, em grande parte inspirado no modelo do CIESPAL, com a finalidade de desenvolver pesquisas, realizar cursos e manter publicações acadêmicas. Dois anos depois, começaria a circular a primeira revista científica brasileira do campo das ciências da comunicação, denominada *Comunicações & Problemas*, cujo modelo foi assimilado da congênere norte-americana *Journalism Quarterly*.⁵⁶

Antes do ICINFORM eram raras no Brasil as pesquisas científicas sobre os fenômenos comunicacionais, a não ser aquelas desenvolvidas por institutos profissionalizados, como IBOPE, IPOM ou MARPLAN, cujos estudos de audiência da mídia e das tendências da opinião pública respaldavam as decisões estratégicas das empresas comerciais ou dos grupos industriais.⁵⁷ Uma dessas exceções é a primeira análise de conteúdo da imprensa brasileira, efetuada pelo intelectual mineiro Pedro Parafita Bessa. Ela certamente passou despercebida dos então estudantes e professores de jornalismo, pois foi publicada, em 1952, num veículo distanciado da corporação profissional.⁵⁸

O fortalecimento do campo também é atestado pela presença destacada de pesquisadores brasileiros no CIESPAL. O centro de estudos do jornalismo que a UNESCO e a OEA estimularam em Quito, Equador, tornou-se rapidamente um espaço de convergência das correntes comunicológicas oriundas da Europa e dos Estados Unidos com as embrionárias experiências cognitivas processadas na América Latina. Nesse ambiente, o Brasil projetou-se pela acervo de estudos em desenvolvimento nas suas escolas de jornalismo. Dois pesquisadores brasileiros são prontamente convida-

dos a ocupar Cátedras naquela instituição: Danton Jobim⁵⁹ e Luiz Beltrão.⁶⁰ Eles são responsáveis pela disseminação das estratégias que caracterizam a pedagogia brasileira da comunicação social, dando-lhes amplitude latino-americana.

6 Consolidação

A consolidação do campo vai se dar num contexto em que a indústria cultural desenvolve-se a pleno vapor em território nacional. Traçando um “panorama da cultura de massa no Brasil”, José Salomão David Amorim⁶¹ anota, com perspicácia: “as expressões *cultura de massa* e *comunicação* estão em moda, entre nós. Proferi-las confere prestígio”. E completa o quadro com detalhes que nos permitem entender melhor o fenômeno. “De repente, toma-se consciência dessa nova e proveitosa maneira de abordar antigos problemas. Há uma grande procura de obras sobre o assunto. Em vários campos de atividade se coloca a questão. A realidade para os artistas *pop* (...) é a comunicação de massa. A frase de publicidade, a rodovia, a placa de trânsito, os cartazes, os automóveis e veículos espaciais são uma realidade mais importante nas vidas das cidades e na vida moderna do que a própria natureza. Se pudessemos definir o estilo de preocupação predominante em grande parte das obras da Bienal de 67, talvez pudessemos dizer: a de fazer uma arte de comunicação. (...) As histórias em quadrinhos tornaram-se preocupação dos intelectuais...⁶² (...) Nas listas de atividades consideradas mais importantes no futuro, aparecem com frequência profissões como relações públicas e publicidade”.

Referindo-se à projeção desse novo ambiente cultural no interior da vida acadêmica, diz Amorim: “Nas universidades, o ensino de jornalismo passa por profundas transformações. As escolas ou faculdades de jornalismo mudam o nome para faculdades de comunicação. Isso acontece em várias cidades do Brasil. Muitas das mu-

danças são apenas de fachada. Certas faculdades, todavia, já aprofundaram um pouco suas experiências como faculdades de comunicação, abriram centros de pesquisa, e nelas há sinais animadores de maior ênfase no estudo de televisão, publicidade, relações públicas...“.

O interesse pela pesquisa dos fenômenos comunicacionais ganha espaço não apenas nas universidades, mas contamina também as empresas do ramo, em acelerado processo de modernização. Sintoma dessa preocupação em recorrer a balizas científicas para a tomada de decisões transformadoras é a decisão de empresas brasileiras no sentido de publicar revistas dedicadas à divulgação de conhecimentos empíricos ou de reflexões críticas sobre comunicação de massa. Sua meta é a qualificação profissional, possibilitando o acesso das novas gerações a estudos e pesquisas capazes de orientá-las a trilhar novos caminhos na complexa engrenagem midiática.

O carro-chefe foi o periódico *Cadernos de Jornalismo e Comunicação*, criado em 1965 por Alberto Dines na empresa Jornal do Brasil (Rio de Janeiro). Ele seria acompanhado por revistas similares: *Bloch Comunicação* (Editora Bloch, Rio de Janeiro), *Aldeia Global* (Rede Globo de Televisão, Rio de Janeiro), *Comunicação – Cadernos de Jornalismo e Comunicação de Massa* (A Tribuna de Santos, São Paulo), *Caderno de Jornalismo* (Jornal do Commercio do Recife).⁶³

Contudo, o marco principal dessa tendência foi a decisão da mais importante universidade brasileira, a USP – Universidade de São Paulo, no sentido de criar uma unidade voltada exclusivamente para as comunicações, abrangendo todos os seus aspectos: informação, persuasão, documentação e difusão cultural. Originalmente denominada Escola de Comunicações Culturais e depois transformada em Escola de Comunicações e Artes – ECA – essa instituição desempenhou papel fundamental na sedimentação do campo acadêmico da comunicação no Brasil. Foi sem dúvida a primeira instituição universitária a contratar

um corpo docente permanente, em regime de tempo integral, possibilitando sua dedicação concomitante ao ensino e à pesquisa. Mais do que isso: implantou uma sólida infra-estrutura laboratorial, incentivando a pesquisa de formatos comunicacionais. Rompeu, desta maneira, o círculo vicioso das experiências beletristas,⁶⁴ dominantes nas pioneiras escolas de jornalismo, incentivando os novos profissionais a mesclar conhecimentos científicos, artísticos e tecnológicos, de modo a intervir adequadamente na nossa emergente indústria cultural, produzindo mudanças de natureza profissional e intelectual.

É bem verdade que a primeira iniciativa nesse âmbito coube à Universidade de Brasília - UnB, onde Pompeu de Souza criou a nossa primeira Faculdade de Comunicação (1963), posteriormente reformulada por Luiz Beltrão (1966), que ali injetou a inovatividade experimentada no Recife. A UnB teve o primeiro grupo de docentes em tempo integral e os incentivou a conquistar competência acadêmica. Para isso, criou programas de pós-graduação, titulando os primeiros doutores e mestres em comunicação do país.⁶⁵ Mas a crise que devorou aquela universidade, no rastro dos acontecimentos provocados pelo golpe militar de 1964 e pela instauração de um prolongado ciclo autoritário, acabariam por inviabilizar o projeto Pompeu de Souza/Luiz Beltrão, arrefecendo o ímpeto renovador da pioneira instituição.⁶⁶

Na mesma conjuntura, nasce em São Paulo o Centro de Pesquisas da Comunicação Social, criado pela Faculdade de Jornalismo Cásper Líbero, precocemente desativado pela crise que abateu sua entidade mantenedora, a Fundação Cásper Líbero.⁶⁷ Com salários atrasados e congelados, alguns docentes dessa instituição migraram para a USP, onde se criavam incentivos à pesquisa e à produção científica.

Ocupando plenamente o vazio acadêmico deixado pelas instituições que antes se dedicaram ao fortalecimento do campo – UNICAP, UnB e Cásper Líbero – mas assi-

milando alguns de seus quadros docentes e de suas idéias inovadoras,⁶⁸ a arrojada Escola de Comunicações da USP assume a liderança nacional e lança novos paradigmas pedagógicos ou científicos. Sua principal iniciativa, capaz de motivador pesquisadores e aglutinar docentes em início de carreira, foi a criação de um Programa de Doutorado, de acordo com os padrões europeus então vigentes. Inscreveram-se cerca de duas dezenas de professores vinculados aos diferentes segmentos comunicacionais, sob a tutoria de Professores-Doutores titulados em outros ramos do saber (principalmente Letras, Humanidades e Ciências Sociais). Com duração de cinco anos (trabalhos programados e pesquisas supervisionadas), o Programa tituló, no biênio 1972/73, os primeiros doutores em disciplinas como Jornalismo, Propaganda, Relações Públicas, Radiodifusão, Teledifusão, Cinematografia, Documentação, etc.⁶⁹

São estes doutores titulados no próprio campo que vão dar identidade ao primeiro programa de Mestrado em Ciências da Comunicação do país, implantado na ECA em 1972, cujo corpo docente fora constituído endogenamente por pesquisadores originários de outros campos do saber, agregando, com raras exceções, doutores em comunicação diplomados em universidades estrangeiras, o que lhe deu inicialmente uma fisionomia interdisciplinar.⁷⁰ Na mesma ocasião, a Universidade Federal do Rio de Janeiro iniciaria também o seu programa de Mestrado em Comunicação, adotando idêntica estratégia à da USP, qual seja a de aglutinar doutores titulados em outros campos do conhecimento (principalmente Letras e Filosofia) interessados em questões informais e comunicacionais. Tanto o programa da UFRJ quanto o da USP se destinavam a formar docentes/pesquisadores para o sistema universitário, acolhendo jovens professores de todo o país, que ali buscaram sedimentação acadêmica para atuar nos inúmeros cursos de graduação em comunicação social, proliferando-se em todas as regiões brasileiras.

Caminho diverso seria palmilhado pela UnB, cuja identidade da área permanecia enraizada nos ideais de Pompeu de Souza e Luiz Beltrão, lançando um projeto de Mestrado em Comunicação para o Desenvolvimento robustecido pela cooperação internacional. Para tanto, a instituição, retemperada pelas crises vividas durante o auge do autoritarismo brasileiro e tendo um departamento de comunicação formado por docentes legitimados pela atuação profissional ou acadêmica no próprio campo, buscou a assessoria de três doutores em Comunicação diplomados em universidades norte-americanas – Juan Diaz Bordeneuve, Luiz Fonseca e John Fett. Eles trabalharam em conjunto com Mestres e Doutores da própria universidade (os últimos pertencentes a disciplinas das Ciências Sociais). A finalidade explícita do novo curso era formar “especialistas para exercer funções técnicas específicas em comunicação, além de capacitá-los em metodologia da pesquisa”.⁷¹ Ou seja, não priorizava os recursos humanos para as universidades, buscando atender às demandas do setor público, carente de profissionais de alto nível, capazes de gerir processos comunicacionais nos setores de educação, saúde, agricultura etc. O novo programa foi iniciado em 1974, recrutando PhDs em Comunicação, especialmente brasileiros interessados em retornar ao país.

É justamente no interior dos programas de pós-graduação e dos centros de pesquisa das escolas de comunicação que se vão configurando núcleos de trabalhadores intelectuais que assumem o perfil de comunicólogos. Alguns são profissionais da área que fizeram estudos pós-graduados e outros são pesquisadores oriundos de áreas afins que se interessaram pelos fenômenos comunicacionais, a cujo estudo passaram a se dedicar plenamente. Tal contingente vai sendo acrescido, pouco a pouco, pelos egressos da própria área, detentores de títulos de mestre e doutor em ciências da comunicação.

A maioria deles trabalha como docen-

te nos cursos de graduação em Comunicação Social. Mas há também os que passaram a disputar empregos nas empresas midiáticas ou nos organismos públicos dedicados à formulação e análise de estratégias comunicacionais.

Contudo, o mercado mais importante continuou a ser o acadêmico, tendo em vista o crescimento do número de universidades ou instituições de ensino superior que criaram cursos ou departamentos de comunicação.

Na década de 40 somente 2 universidades incluíram a Comunicação em seu elenco de cursos. Esse número quadruplicou na década seguinte, passando a 8. Triplicou nos anos sessenta, atingindo 23. E continua a se expandir até hoje: década de 70-58; década de 80-66; década de 90-120.⁷²

Não se trata, porém, de uma proliferação uniforme em todo o território nacional. A situação presente indica uma concentração de tais unidades de ensino/pesquisa na região sudeste (onde se localiza mais da metade). Eis o quadro regional: Norte – 7; Centro-Oeste – 8; Nordeste – 20; Sul – 20; Sudeste – 65.

O mapa se amplia consideravelmente quando computamos todas as carreiras oferecidas (habilitações profissionais). Ao todo, existem hoje cerca de 309 cursos de comunicação no Brasil, sendo 282 de bacharelado, 22 de mestrado e 5 de doutorado.⁷³ E já se anunciam novos cursos, previstos para funcionar até o final do século. Cresce tanto o setor de graduação quanto o de pós-graduação.

Do ponto de vista da segmentação profissional, a distribuição dos cursos de graduação é a seguinte: Jornalismo – 100; Publicidade e Propaganda – 96; Relações Públicas – 53; Radialismo e Televisão – 23; Cinema e Vídeo – 6; Produção Editorial – 3; Produção Cultural – 1.⁷⁴

A população estimada da comunidade acadêmica de comunicação em todo o Brasil é da ordem 126 mil pessoas, constituída por 6 mil professores/pesquisadores e 120 mil alunos.

7 Institucionalização

Existindo em todo o país, durante a segunda metade deste século, uma massa crítica de comunicólogos “ilhados” dentro dos *campi* não demorou muito que eles sentissem a necessidade de intercomunicar-se e de intercambiar experiências. Isto, apesar das dificuldades criadas pelo regime militar, que desencorajava os associativismos e punia exemplarmente suas eventuais lideranças.

Os primeiros ensaios ocorrem no Recife, no primeiro trimestre de 1964, durante o I Curso Nacional de Ciências da Informação, promovido por Luiz Beltrão, reunindo jovens pesquisadores de vários estados brasileiros e professores de universidades que se dedicavam ao estudo embrionário dos fenômenos comunicacionais. Mas o golpe militar de abril esboçou um cenário pouco propício à continuidade do movimento. O que dele restou foi uma espécie de comunidade virtual agregada em torno da revista *Comunicações & Problemas*, sob a liderança de Luiz Beltrão e do seu ICINFORM.⁷⁵

Mudando-se para Brasília e assumindo, em 1966, a direção da Faculdade de Comunicação da UnB, Luiz Beltrão ganha mobilidade nacional, articulando-se com grupos de estudiosos do Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte. Seu trabalho ganha repercussão e suscita o interesse dos núcleos de pesquisadores articulados nas principais cidades brasileiras. Tanto assim que ele começou a cogitar a idéia de um encontro nacional de professores de comunicação, criando condições para a sua realização em Brasília.

Contudo, esse evento frustrou-se em face da crise da FACUNB,⁷⁶ que culminou com o afastamento do próprio Beltrão e de sua equipe da universidade. O I Encontro de Professores de Comunicação foi efetuado,⁷⁷ em dezembro de 1967, culminando com uma declaração genérica e protocolar, que esboçou a fisionomia da nossa emergente comunidade acadêmica: frágil, con-

flituosa, fragmentada.⁷⁸

Nova tentativa de aglutinação só viria a ocorrer em 1970, quando a ABI – Associação Brasileira de Imprensa – promove no Rio de Janeiro o I Congresso Brasileiro de Comunicação. Convidado por Danton Jobim e Barbosa Lima Sobrinho para coordenar um dos grupos de estudos do evento, procurei reunir aquele contingente de pesquisadores que se destacavam pelo potencial de publicação dos seus estudos em suas revistas nacionais ou livros especializados. Nessa ocasião, os grupos principais estavam localizados em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Fortaleza. Eu os pude identificar pela posição privilegiada ocupada na Editora Vozes, como coordenador de uma coleção de livros destinados ao público universitário. Embora tivesse discutido com vários colegas a necessidade de formar uma entidade nacional destinada a abrigar os estudiosos da comunicação, senti nas entrelinhas o receio de alguns deles. O ambiente de terror disseminado pelo golpe-dentro-do-golpe (AI-5, 1968) desencoraja iniciativas do gênero.

Nesse mesmo ano se instalava no Rio de Janeiro uma entidade que, embora tendo perfil e vocação profissional, assumiu uma fisionomia acentuadamente acadêmica na sua primeira fase. Trata-se da UCBC – União Cristã Brasileira de Comunicação Social, fundada em São Paulo, em 1969, por lideranças vinculadas ao mundo universitário. Contando com o beneplácito da Igreja Católica, através da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – essa associação manteve um espírito ecumênico, encorajando a participação de pesquisadores da comunicação nem sempre organicamente ligados às instituições eclesiais. A conjuntura era marcada pela repressão e pelo arbítrio. Vários comunicólogos encontraram aí ambiente fértil para aprofundar suas reflexões e formular projetos de estudos, nem sempre determinados por critérios ou motivações religiosas. Assim sendo, pode-se dizer que a primeira organização acadê-

mica de comunicólogos brasileiros foi a UCBC,⁷⁹ embora anos tarde ela trilhasse por caminhos específicos, mais ligados à militância comunicacional nas comunidades eclesiais de base e aos movimentos de leitura crítica da comunicação.⁸⁰

Finalmente em 1972, cria-se a primeira associação acadêmica da área. Trata-se da ABEPEC – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa da Comunicação. Fundada em São Paulo, durante evento promovido no campus da USP,⁸¹ realiza em julho do ano seguinte o I Congresso Brasileiro de Ensino e Pesquisa da Comunicação, em Belo Horizonte, no campus da PUC-MG, e publica uma revista periódica denominada *Revista da ABEPEC*. Essa entidade teve, contudo, vida curta. A estrutura mista adotada pelo estatuto, aglutinando tanto instituições: escolas, departamentos ou cursos (representados pelos seus dirigentes eventuais) quanto por pessoas (pesquisadores e professores), acabou por comprometer sua legitimidade acadêmica. Afloraram, no seu interior, conflitos entre grupos, disputas regionalistas, intolerâncias ideológicas, o que antecipava a pouca maturidade atingida pela nossa comunidade acadêmica. De qualquer maneira, durante o tempo em que funcionou, a ABEPEC realizou congressos nacionais em Fortaleza, Caxias do Sul, Rio de Janeiro, São Luiz do Maranhão, cuja memória não foi devidamente preservada.⁸² Além disso, representou o Brasil na constituição das duas entidades acadêmicas latino-americanas da área: ALAIC (associação de pesquisadores, fundada em Caracas em 1978) e FELAFACS (federação de associações de faculdades de comunicação, fundada em Melgar, Colômbia, em 1981).⁸³ Apesar dos esforços aglutinadores desenvolvidos por seus primeiros presidentes – Lelio Fabiano do Santos, José Salomão David Amorim, Antonio Firmo de Oliveira Gonzalez e Roberto Amaral - a entidade foi perdendo força, sob o comando de lideranças pouco expressivas. Seus debates privilegiaram questões curriculares, deixando de lado a pesquisa científica e os temas da

agenda pública nacional. Ela acabou por auto-dissolver-se em reunião realizada em Belo Horizonte, em 1985.

O vácuo deixado pela ABEPEC, bem como a dificuldade de conciliar os interesses das instituições educativas com as demandas dos pesquisadores comunicacionais ensejam o aparecimento de novas associações brasileiras. Em 1977, cria-se em São Paulo a INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.⁸⁴ Em 1984 funda-se em Brasília a ABECOM – Associação Brasileira de Escolas de Comunicação.⁸⁵ A primeira aglutinando pesquisadores, professores e profissionais interessados em estudar os fenômenos comunicacionais. A segunda reunindo os diretores das faculdades, departamentos ou cursos de graduação em comunicação existentes nas universidades. Anos depois (1990), seria criada uma terceira entidade, a Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação – COM-PÓS.⁸⁶

A existência dessas três associações nacionais, reunindo pesquisadores acadêmicos (INTERCOM), diretores de cursos de graduação (ABECOM) e docentes e estudantes dos programas de pós-graduação (COMPÓS), atesta cabalmente a institucionalização da comunidade acadêmica da área. Seus congressos, publicações, bancos de dados e fluxos informacionais atestam a maturidade atingida pelas ciências da comunicação no Brasil, amparadas pelas agências públicas de fomento científico.

8 Perspectivas

Os balanços periódicos efetuados por sistematizadores do campo (Beltrão, 1968;⁸⁷ Marques de Melo, 1971;⁸⁸ Amorim, 1975;⁸⁹ Caparelli, 1980;⁹⁰ Peñuela, 1982;⁹¹ Marques de Melo, 1983,⁹² 1984⁹³ e 1985;⁹⁴ Dencker, 1988;⁹⁵ Caparelli e Marques de Melo, 1990;⁹⁶ Lopes, 1990;⁹⁷ Kunsch, 1992;⁹⁸ Fausto Neto, 1995;⁹⁹ Lopes, 1997;¹⁰⁰ Kunsch e Dencker, 1997;¹⁰¹ Marques de Melo, 1998;¹⁰²

Stumpf e Caparelli, 1998;¹⁰³ Marques de Melo & Castelo Branco, 1999¹⁰⁴) fornecem indicadores da pujança da comunidade brasileira das ciências da comunicação.

A institucionalização da área, que se torna nítida nos anos 80, completa-se na década atual. Como diz LOPES:¹⁰⁵ “Essa consolidação se confirma nos anos 90, pelo fato de mais de 50% da produção científica de comunicação realizar-se de 1990 a 1995, ou seja, nos primeiros 6 anos da década de 90.” A autora se baseia no levantamento bibliográfico realizado pelo PORT-COM¹⁰⁶ que inventariou 6.175 documentos, dos quais 0,6% haviam sido produzidos até 1959, 1,8% na década de 60, 9% na década de 70, 35,8% na década de 80 e 52,8% na década de 90.

No que se refere especificamente aos trabalhos de pós-graduação (mestrado e doutorado), foram produzidas nos últimos 5 anos (período de 1992-1996), nos cursos credenciados pela CAPES, 754 pesquisas.¹⁰⁷

Trata-se de uma comunidade multifacetada, que inclui desde os produtores de conhecimento sobre os processos midiáticos, aos analistas de discursos e aos pesquisadores dos entornos e mediações culturais que marcam o perfil dos fenômenos da reprodução simbólica na sociedade. Daí o seu grande dilema na atualidade: configurar-se enquanto comunidade autônoma, com identidade própria. “O desafio que se coloca é saber, dentro de uma variedade de incitações, trabalhar com aquelas que levem ao fortalecimento do campo da Comunicação e não à sua diluição”.¹⁰⁸

Enquanto se desenvolve essa busca de personalidade auto-identificadora no bojo da comunidade acadêmica nacional, os cientistas brasileiros da comunicação buscam projetar-se, ocupando espaços e ganhando o reconhecimento da comunidade científica internacional. Seu palco privilegiado tem sido a IAMCR – International Association for Media and Communication Research -, cujos congressos mundiais reúnem, a cada dois anos, amostragem das tendências da pesquisa na área.

Não obstante o Brasil venha marcando presença nesse cenário internacional desde 1957, somente a partir de 1988, com a restauração da nossa vida democrática, os comunicólogos brasileiros aprenderam o caminho da IAMCR e passaram a frequentar seus congressos, em Barcelona e Bled. Essa presença tornou-se tão visível¹⁰⁹ que a diretoria da sociedade decidiu converter o Brasil em palco da conferência mundial de 1992. O evento foi realizado em Guarujá/SP.¹¹⁰ Já nessa ocasião, a comunidade nacional despontava como uma das mais produtivas, perfilando-se em igualdade de condições com a Grã-Bretanha, a Dinamarca, a França e o Canadá.

Embora permanecesse no *top* dos países que lideram a comunicologia mundial, o Brasil passou a ocupar patamares intermediários nos *rankings* de Seul (1992) e Sidney (1994). Mas no congresso deste ano, em Glasgow, Escócia, a delegação brasileira surpreendeu pela quantidade e pela juventude. Os pesquisadores verde-amarelos lograram a inscrição de 52 comunicações científicas, selecionadas pelos *referees* dos diferentes grupos temáticos. Esse volume foi superado apenas pela contribuição dos EUA, líder incontestado da área, que inscreveu 115 trabalhos.¹¹¹

Trata-se, agora, de transformar quantidade em qualidade e de motivar não apenas os jovens pesquisadores, mas também os comunicólogos dotados de maturidade acadêmica, para que se lancem à arena internacional, disseminando os resultados da pesquisa realizada em nosso país ■

Notas

- 1 Aula Magna de abertura do Curso de Doutorado em Comunicação do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da FAMECOS - Faculdade dos Meios de Comunicação da PUCRS- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Porto Alegre, Rio Grande do Sul. 18 de agosto de 1999.
- 2 Titular da Cátedra UNESCO de Comunicação. Universidade Metodista de São Paulo. Co-fundador e ex-diretor da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. ex-presidente da ALAIC - Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación. Presidente da LUSOCOM - Federação Lusófona de Ciências da Comunicação.
- 3 MARQUES DE MELO, José - *Inventário da Pesquisa em Comunicação no Brasil, 1883-1983*, São Paulo, INTERCOM, 1984.
- 4 Para melhor compreender o panorama europeu, nessa conjuntura, vale e pena consultar os livros de OLSON, Kenneth E. - *The History Makers: the press of Europe from its beginnings through 1965*, Baton Rouge, Louisiana State University Press, 1966; e VARIN D'AINVELLE, Madeleine - *La Presse en France: genèse et evolution de ses fonctions psycho-sociales*, Paris, Presses Universitaires de France, 1965.
- 5 O panorama norte-americano dessa época está bem reconstituído nas seguintes fontes: MOTHER, Frank Luther - *American Journalism, a History: 1690-1960*, New York, Macmillan, 1941 e TEBBEL, John - *Breve Historia del Periódico Norte-Americano*, Barcelona, Montaner y Simon, 1967.
- 6 FERNANDES PINHEIRO, J. C. - "A imprensa no Brasil", *Jornal Ilustrado (revista popular noticiosa, científica, industrial, histórica, literária, aneddotica, musical etc.)*, Rio de Janeiro, 1(4): 217-224, 1859
- 7 A primeira referência a essa tese, no plenário do Instituto Histórico Pernambucano, foi feita pelo Dr. Antonio do Nascimento Feitosa, na oração póstuma dedicada ao Comendador Manuel Figueiroa de Faria, proprietário do *Diário de Pernambuco* e também sócio-fundador daquela entidade. Fica patente que as fronteiras entre História e Jornalismo, naquela conjuntura, eram muito tênues. Vide: NASCIMENTO FEITOSA, Antonio Vicente - "Discurso do Orador do Instituto, na Assembléia Geral de Aniversário, em 27 de janeiro de 1867", *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, No. 11, Recife, 1867, p. 517.
- 8 Essa polêmica está bem documentada na minha tese de doutorado, cuja versão editorial foi publicada pela Editora Vozes de Petrópolis. Vide: MARQUES DE MELO, José - *Sociologia da Imprensa Brasileira*, Petrópolis, Vozes, 1972, p. 92-108.

-
- 9 MOREIRA DE AZEVEDO - "Origem e Desenvolvimento da Imprensa no Rio de Janeiro", *Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*, tomo XXIX, parte II, Rio de Janeiro, Typographia de Pinheiro & Comp., 1865, p. 169/224.
- 10 SOUZA MARTINS, Francisco de - "Progresso do Jornalismo no Brasil", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo VIII, Rio de Janeiro, 1867, p. 262/263.
- 11 NETSCHER, P. M. - *Les Hollandais au Brésil*, Paris, 1853.
- 12 PORTO SEGURO - *As Lutas do Holandeses no Brasil*, Rio de Janeiro, 1871.
- 13 Desde 1868, os historiadores pernambucanos tentavam obter recursos públicos para a edição de obras que restaurassem a "verdade histórica", criando uma coleção de "Biografias de alguns poetas e homens ilustres de Pernambuco" subsidiada por fundos provenientes da loteria provincial. Na sessão de 5 de setembro de 1872, o historiador Regueira Costa fazia discurso para justificar essa estratégia. "Numa época em que sido tão adulterada a nossa história, especialmente no que respeita aos movimentos políticos do país, não se deve adiar a publicação de quaisquer livros que restabeleçam a verdade dos fatos, à luz de uma crítica conscienciosa..." REGUEIRA COSTA, João Baptista - "Discurso na 179a. Sessão do IAGP", *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, N. 25, Recife, 1872, p. 8.
- 14 Antes dessa consagração pública, realizada em 9/5/1886, tendo o caráter de desagravo pelas injustiças governamentais acarretadas ao pesquisador durante sua missão holandesa, Duarte Pereira publicara um artigo-síntese, dirimindo a controvérsia sobre o folheto *Brasilsche Gelt-Sack*. Ele conclui que o opúsculo foi impresso na Holanda e não no Brasil, como foram induzidos a pensar alguns historiadores brasileiros. DUARTE PEREIRA, José Higinio - "Advertência", *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, N. 28, Recife, 1883, p. 121-126. A íntegra do seu relatório, incluindo outras questões históricas, além daquela referente à imprensa, foi publicada na edição No. 30, datada de junho de 1886.
- 15 PEREIRA DA COSTA, F. A - "Estabelecimento e Desenvolvimento da Imprensa em Pernambuco", *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, No. 309, Recife, 1891, p. 25-50.
- 16 CARVELHO, Alfredo - "Da introdução da imprensa em Pernambuco pelos holandeses", *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, No. 53, Recife, 1899, p. 710-716.
- 17 CARVALHO, Alfredo - "Gênese e Progressos da Imprensa Periódica no Brasil", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 2 vols.
- 18 Ele também assumiu a tarefa de inventariar a imprensa pernambucana, divulgando o conjunto da pesquisa no livro *Annaes da Imprensa Periódica Pernambucana (1801-1908)*, Recife, Typografia do Jornal do Recife, 1908.
- 19 VALLE CABRAL, Alfredo de - *Anais da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro, de 1808 a 1822*, Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1881.
- 20 SÁ, Victor - "A Escola de Jornalismo", *Um repórter na ABI*, Rio de Janeiro, Editora A Noite, 1955, p. 220-225.
- 21 Em sua tese de doutorado em História (UFF, 1997) sobre a imprensa brasileira do final do século passado e começo deste, a professora Marialva Barbosa descreve o ambiente jornalístico do Rio de Janeiro naquela época. Um dos indicadores expressivos é a formação jurídica da maioria dos jornalistas em exercício, justificando até mesmo a existência de disciplinas em algumas faculdades de direito que se destinavam a preparar os futuros advogados para a ocupação de espaços nesse mercado alternativo. Não é de estranhar que tais instituições tenham funcionado como núcleos de resistência sutil à criação dos cursos superiores de jornalismo, processo que se arrastaria até a década de 40, apesar da persistência da ABI na defesa dessa tese lançada pelo seu fundador.
- 22 BARBOSA, Ruy - *A imprensa e o dever da verdade*, Salvador, s.e., 1920.
- 23 CUNHA BARBOSA, A. da - "Origem e desenvolvimento da imprensa colonial brasileira", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo XLIII, parte II, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1902, p. 239-262.
- 24 FLEUISS, Max - "A imprensa no Brasil", *Diccionario Historico, Gographio e Ethnographico do Brasil* (Comemorativo do Primeiro Centenário da Independência), 1º. vol., Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1922, p. 1550-1585
- 25 PACHECO, Felix - "Um Francês-brasileiro: subsídios
-

- para a história do *Jornal do Commercio*", *Hercules Florence e Pedro Plancher*, Rio de Janeiro, *Jornal do commercio*, 1917, p. 59-62.
- 26 SENNA, Ernesto – *O Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, Impr. Do *Jornal do Commercio*, 1901.
- 27 VERÍSSIMO, José – “A instrução e a imprensa, 1500-1900”, *Livro do Centenário*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1900, vol. 1.
- 28 BARBOSA LIMA SOBRINHO, Alexandre José – *O problema da imprensa*, Rio de Janeiro, Alvaro Pinto, 1923.
- 29 GORDO, Adolpho – *Lei de Imprensa – Discursos pronunciados no Senado Federal*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1924.
- 30 SANTOS LEITÃO, B. dos – *Compêndio de fotografia para amadores*, Rio de Janeiro, Giannini Friedrich & C., 1926.
- 31 MENDES DE ALMEIDA, J. Canuto – *Cinema contra cinema*, São Paulo, Nacional, 1931.
- 32 MACEDO DE CARGALHO, Ernani – *Publicidade e Propaganda*, São Paulo, Nacional, 1940.
- 33 PORTO, Rubens – *O homem, o meio e a técnica na Imprensa Nacional*, 3 vols., Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1941.
- 34 COSTA EDUDARO, Octávio da – “O desenvolvimento da pesquisa de propaganda no Brasil”, In: CASTELO BRANCO e outros – *História da Propaganda no Brasil*, São Paulo, IBRACO, 1990, p. 99.
- 35 GIESBERG, Aniela – *Fundamentos Psicológicos do Anúncio*, São Paulo, USP, Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, Instituto de Administração, 1949.
- 36 MARQUES DE MELO, José – “A imprensa como objeto de estudo científico no Brasil: contribuições de Gilberto Freyre e Luiz Beltrão”, *Estudos de Jornalismo Comparado*, São Paulo, Pioneira, 1972, p. 29-46.
- 37 FREYRE, Gilberto – *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. 2ª. ed., São Paulo, 1979.
- 38 MARQUES DE MELO, José – “Pedagogia da Comunicação: as experiências brasileiras”, *Contribuições para uma Pedagogia da Comunicação*, São Paulo, Paulinas, 1974, p. 17.
- 39 GOMES, Pedro Gilberto – “Escola Superior de Jornalismo”, In: PESSINATTI, Nivaldo Luiz – *Comunicação e Religiosidade*, Londrina, INTERCOM, 1996, p. 11.
- 40 MARQUES DE MELO, José – “Pedagogia da Comunicação: as experiências brasileiras”, *Contribuições para uma Pedagogia da Comunicação*, São Paulo, Paulinas, 1974, p. 19.
- 41 CASTELO BRANCO, Vitorino Prata – *Curso de Jornalismo*, São Paulo, Tipografia Cultura, 1945.
- 42 NUZZI, Erasmo – “40 anos de ensino de jornalismo no Brasil: relato histórico”, In: KUNSCH, Margarida – *O ensino de comunicação*, São Paulo, ABECOM, 1992, p. 23.
- 43 RIZZINI, Carlos – *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil*, Rio de Janeiro, Kosmos, 1946.
- 44 MARQUES DE MELO, José – “Carlos Rizzini, pioneiro da midiologia brasileira”, *Comunicarte*, Campinas, PUCCAMP, 1998 (no prelo).
- 45 MARQUES DE MELO, José – *Contribuições para uma pedagogia da comunicação*, São Paulo, Paulinas, 1974, p. 13-69.
- 46 Para uma visão dos primórdios da instituição vale a pena consultar o documentário reunido pelo Prof. Erasmo de Freitas Nuzzi em seu livro *História da Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero*, São Paulo, 1998.
- 47 RIZZINI, Carlos – *O ensino do jornalismo*, Rio, MEC, 1953.
- 48 LINS DA SILVA, Carlos Eduardo – *O adiantado da hora*, São Paulo, summus, 1991, p. 77-78.
- 49 JOBIM, Danton – *Introduction au Journalisme Contemporain*, Paris, Nizet, 1957.
- 50 MARQUES DE MELO, José – *Teoria da Comunicação: paradigmas latino-americanos*, Petrópolis, Vozes, 1998, p. 171.
- 51 MARTENSEN, Rodolfo Lima – “O ensino da propaganda no Brasil”, In: IBRACO – *História da Propaganda no Brasil*, São Paulo, TAQ Editor, 1990, p. 31-38.
- 52 MARQUES DE MELO, José – “Relações Públicas: essência e aparência”, *Para uma leitura crítica da comunicação*, São Paulo, Paulinas, 1985, p. 151-155.

- 53 ANDRADE, Candido Teobaldo de Souza – *Panorama Histórico das Relações Públicas*, São Paulo, ECA-USP, 1972, p. 22.
- 54 LOGGER, Guido – *Educar para o cinema*, Rio de Janeiro, Agir, 1965.
- 55 SOUZA, Pomeu – “Faculdade de Comunicação de Massa”, *Cadernos de Jornalismo*, N. 2, Rio de Janeiro, Jornal do Brasil, 1965, p. 53-64.
- 56 BENJAMIN, Roberto – *Itinerário de Luiz Beltrão*, Recife, AIP / UNICAP, 1998, p. 72-79.
- 57 MARQUES DE MELO, José – *Teoria da comunicação: paradigmas latino-americanos*, Petrópolis, Vozes, 1998, p. 34-38.
- 58 BESSA, Pedro Parafita – “Uma análise de conteúdo dos jornais”, *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, 1952.
- 59 JOBIM, Danton – *Pedagogia del Periodismo – Métodos de Enseñanza Orientados para la Prensa Escrita*, Quito, CIESPAL, 1960.
- 60 BELTRÃO, Luiz – *Métodos de la Enseñanza de la Técnica del Periodismo*, Quito, CIESPAL, 1963.
- 61 AMORIM, José Salomão David – “Panorama da Cultura de Massa no Brasil”, In: WRIGHT, Charles – *Comunicação de Massa*, Rio de Janeiro, Bloch, 1968, p. 123-174.
- 62 Nesse mesmo ano, um intelectual italiano ainda não bafejado pela fama que iria adquirir anos depois – UMBERTO ECO – ministraria um curso de extensão cultural na Universidade Mackenzie sobre as histórias em quadrinhos, contribuindo para retirar esse filão da indústria cultural da condição de gênero renegado pelos educadores brasileiros.
- 63 MARQUES DE MELO, José; PEREIRA DA LUZ, Inez e ALVARES PEREIRA, Livia – *Periódicos Brasileiros de Comunicação das Décadas de 60 e 70*, São Paulo, PORT-COM / INERCOM, ALAIC, 1992.
- 64 O panorama das pioneiras escolas de jornalismo traçado por AMORIM permite uma melhor compreensão da conjuntura: “Neste resumo dos esforços que se fazem na área dos estudos de comunicação, ainda caberia uma observação sobre as escolas e faculdades. Pagam elas o preço de ser o estudo de jornalismo em nível universitário um fenômeno recente. Na maioria, nasceram ligadas a faculdades de filosofia e tiveram a tutela deformadora de professores de Literatura ou gramáticos. Não possuem quadros de professores preparados para o ensino e a pesquisa, mas jornalistas profissionais e, dentre esses, nem sempre os que teriam alguma contribuição a dar. A *intelligentsia* do jornalismo brasileiro, com raras exceções, não está nas faculdades. A bibliografia é restrita, apesar dos sintomas de maior movimento editorial. As escolas que deveriam ter um papel importante na formulação e solução de problemas que se apresentam para os meios de comunicação se limitam a uma posição discreta. E, em vez de ditarem os padrões que delas se esperam, mal conseguem cumprir a tarefa de ensinar”. AMORIM, José Salomão David – “Panorama da Cultura de Massa no Brasil”, In: WRIGHT, Charles – *Comunicação de Massa*, Rio de Janeiro, Bloch, 1968, p. 155.
- 65 Os docentes pioneiros que conquistaram títulos acadêmicos em nível de pós-graduação na área de Comunicação na Universidade de Brasília, em 1967, são Luiz Beltrão (primeiro Doutor) e José Salomão David Amorim (primeiro Mestre). Tratava-se de sistema de titulação por defesa de tese, semelhante ao vigente outrora nas universidades européias, sem a necessidade de frequência a cursos e seminários, como ocorre no sistema norte-americano. Pertenciam a esse grupo de pós-graduandos, entre outros, os seguintes professores: Eugenio Malanga, Marcello de Ipanema, Wilson Aguiar (candidatos ao Doutorado), Gilvandro G. Raposo, Eleonora Rennó, José Seixas Patriani (candidatos ao Mestrado). O inventário desse episódio ainda permanece na obscuridade, tal a natureza conflituosa da dissolução do grupo, tragado pelo fisiologismo que o caracterizou. Alguns indícios dessa crise aparecem de forma fragmentada na obra coletiva organizada por Roberto BENJAMIN – *Itinerário de Luiz Beltrão*, Recife, AIP / UNICAP, 1998.
- 66 No plano editorial, a UnB daria continuidade ao primeiro periódico científico da área, a revista *Comunicações & Problemas*, editada em convênio com o ICINFORM, sociedade civil sediada em Recife, Pernambuco. Com a crise de 1967, que culminou com a saída de Luiz Beltrão da universidade, a UnB criou uma nova revista, dirigida por Eugênio Malanga e Wilson Aguiar, sob o título de *Revista Brasileira de Comunicação*, da qual circularam apenas duas edições em 1968. A publicação desapareceria imediatamente após a defenestração dos seus diretores do quadro

- docente da UnB. Por sua vez, a revista *Comunicações & Problemas* sobreviveu até 1969, completando 12 edições, as últimas das quais foram publicadas graças ao esforço pessoal de seu diretor, Luiz Beltrão, que as custeou com recursos próprios.
- 67 MARQUES DE MELO, José - "O curso da Fundação Cásper Líbero", *Contribuições para uma Pedagogia da Comunicação*, São Paulo, Paulinas, 1974, p. 19-29.
- 68 As áreas que mais assimilaram tais contribuições foram as de Jornalismo e de Cinema, através de docentes que migraram daquelas instituições para a USP, como, por exemplo: Paulo Emilio Salles Gomes, Jean Claude Bernardet, José Marques de Melo, Francisco Gaudencio Torquato do Rego.
- 69 Depoimentos sobre o fato encontram-se reproduzidos na "Mesa Redonda - Primeiros Professores da ECA", *Revista Comunicações & Artes*, N. 17, São Paulo, ECA-USP, 1983, p. 11-58.
- 70 PEÑUELA CANIZAL, Eduardo - "Diversidade e Interdisciplinaridade", In: MARQUES DE MELO, José, org. - *Pesquisa em Comunicação no Brasil*, São Paulo, Cortez/INTERCOM, 1983, p. 121-127.
- 71 UnB - *Ante-Projeto do Curso de Pós-Graduação em Comunicação*, Brasília, 1972.
- 72 As estimativas aqui apresentadas foram feitas a partir de dados contidos no *Guia do Estudante* da Editora Abril, combinados com outras fontes semelhantes.
- 73 O cômputo dos cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) não se restringe àqueles credenciados pela CAPES - órgão do Ministério da Educação - mas inclui todos os programas em funcionamento, nos termos da legislação vigente (LDB), que confere autonomia às universidades para criar novos cursos, independentemente da tutela do MEC.
- 74 Com a nova LDB, que estimula o surgimento de cursos não enquadrados nas estruturas curriculares do MEC, esboçam-se carreiras distintas daquelas demarcadas pelas profissões tradicionais do mundo da comunicação. Algumas universidades estão planejando o lançamento de cursos em áreas-fronteira: comunicação cultural, comunicação educativa, comunicação mercadológica, comunicação organizacional etc.
- 75 BENJAMIN, Roberto - "Vida, paixão e morte do ICINFORM", In: *Itinerário de Luiz Beltrão*, Recife, AIP / UNICAP, 1998, p. 72-75.
- 76 A descrição desse episódio está contida no artigo de BELTRÃO, Luiz - "A demolição de uma faculdade", *Comunicações & Problemas*, Brasília, ICINFORM, 1968, p. 48-55. Seu contexto pode ser melhor compreendido no artigo-depoimento de MARQUES DE MELO, José - "Nos tempos da gloriosa", *Revista Brasileira de Comunicação*, vol. XX. N. 2, 1997, p. 13-27.
- 77 Da memória desse evento restaram apenas as palestras de abertura e encerramento, proferidas pelos professores Eugenio Malanga e Wilson Aguiar, reproduzidas integralmente no primeiro número da *Revista Brasileira de Comunicação*, Brasília, UnB, 1968.
- 78 O encontro de Brasília foi marcado pela presença de apenas duas delegações: a da própria UnB (então constituída por um grupo heterogêneo, corroído por conflitos internos) e a da USP (liderada pelo diretor da Escola de Comunicações Culturais, Júlio Garcia Morejón, e integrada por representantes dos principais cursos). Mas a luta intestina que acirrava os ânimos dos promotores do evento acabou por transformá-lo num encontro desconfortável para os visitantes. Durante o dia, as reuniões se realizavam formalmente no campus da UnB e em outros espaços sociais, contando com a presença majoritária do grupo local anti-Beltrão; durante a noite, os debates prosseguiram na sala de visitas do apartamento de Luiz Beltrão, onde os visitantes confraternizavam com os seus discípulos e convidados. A delegação paulista evitou posicionar-se sobre a crise interna da UnB, enquanto ali permaneceu, uma vez que os fatos eram recentes e não estavam evidentes todas as suas nuances. Mas isso não significou neutralidade, pois a Escola de Comunicações da USP fizera questão de prestigiar o Prof. Luiz Beltrão, o primeiro brasileiro a defender tese de Doutorado na área, convidando-o para proferir a conferência inaugural do seu primeiro Ciclo e Debates Curriculares, promovido no auditório da Biblioteca Municipal Mário de Andrade. O texto dessa conferência foi integralmente publicado no primeiro número da revista da escola. Vide: BELTRÃO, Luiz - "Jornalismo pela televisão e pelo rádio: perspectivas", *Revista da Escola de Comunicações Culturais*, n. 1, São Paulo, ECC-USP, 1967, p. 101-119.

- 79 A coletânea publicada em 1976 reúne ensaios que evidenciam o perfil dessa emergente comunidade acadêmica, cujos principais protagonistas desempenhariam depois papel destacado nas associações de comunicólogos depois formadas. MARQUES DE MELO, José - *Comunicação/Incomunicação no Brasil*, São Paulo, Loyola, 1976.
- 80 O livro de Pedro Gilberto GOMES - *A comunicação cristã em tempo de repressão: a história da UCBC de 1970 a 1983*, São Leopoldo, UNSINOS, 1995 - oferece pistas estimulantes para compreender o papel da UCBC nesse contexto.
- 81 Desde 1969, o Departamento de Jornalismo da ECA-USP vinha realizando anualmente suas *Semanas de Jornalismo*, que se converteram em eventos nacionais. Em 1972, acorreram ao evento mais de mil estudantes e professores de jornalismo de todo o país. Entendi que este era o momento para lançar a idéia de uma associação nacional destinada a congregar os estudiosos brasileiros da comunicação. Convidei as principais lideranças para uma reunião no meu gabinete de diretor do Departamento de Jornalismo da ECA-USP, fundando a ABEPEC. Mas esta afoiteza custou-me a interrupção da carreira acadêmica na USP, pois os órgãos de segurança da ditadura militar interpretaram minha iniciativa como parte de um fantasioso projeto de reaglutinação das esquerdas universitárias. Logo em seguida à reunião de fundação da ABEPEC, comecei a ser perseguido pela agência de vigilância política instalada na Reitoria da USP. Fui proibido de comparecer aos congressos mundiais da IAMCR e da UCLAP, realizados em Buenos Aires, e também à assembleia destinada a aprovar os estatutos da sociedade que surgira por minha iniciativa. O golpe de misericórdia foi o meu enquadramento no Decreto-Lei 477, processo que objetivava minha expulsão da vida universitária por 5 anos. Não fosse a solidariedade recebida de muitos amigos., dentre eles Luiz Beltrão, eu teria sido condenado sem direito de defesa. Mas a sensatez do Ministro Jarbas Passarinho acabou por prevalecer e eu fui absolvido nesse processo kafkiano. Aconselhado por autoridades uspianas, resolvi passar uma temporada fora do país, obtendo uma bolsa de pós-doutorado da FAPESP. Passei um ano estudando na University of Wisconsin. Contudo, os porões da ditadura não perdoaram minha ousadia. Quando retornei ao país, em 1974, para reassumir minha cátedra na ECA-USP fui surpreendido pela “cassação branca” (ato reitoral suspendendo unilateralmente o meu contrato de trabalho, sem qualquer indenização). A injustiça só foi reparada em 1979, no bojo da anistia política, por ato corajoso do Reitor José Goldemberg.
- 82 Ademais das duas edições da *Revista da ABEPEC*, publicadas em 1975, há uma coletânea reunindo textos do grupo hegemônico na entidade antes do seu declínio intelectual. Vide: AMARAL, Roberto, org. - *Comunicação de Massa: o impasse brasileiro*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1978. Mencione-se também a pesquisa nacional sobre televisão, realizada em 1978, cujos dados principais foram depois retomados e interpretados em livros dos seus analistas. Vide: CAPARELLI, Sérgio - *Televisão e Capitalismo no Brasil*, Porto Alegre, L&PM, 1982 e MARQUES DE MELO, José - *Para uma leitura crítica da comunicação*, São Paulo, Paulinas, 1985 (capítulos 5, 6 e 7).
- 83 A representação brasileira nessas entidades seria posteriormente ocupada pela INTERCOM (na ALAIC) e pela ABECOM (na FELAFACS).
- 84 A conjuntura em que foi criada a INTERCOM e suas primeiras ações intelectuais foram resgatadas por FARO, J. S. - *A universidade fora de si: a Intercom e a organização dos estudos de comunicação no Brasil*, São Paulo, INTERCOM, 1992. Sua primeira manifestação acadêmica está contida na coletânea organizada por MARQUES DE MELO, FADUL e LINS DA SILVA - *ideologia e Poder no Ensino de Comunicação*, São Paulo, Cortez & Moraes, 1979.
- 85 Para a compreensão histórica do papel desempenhado pela ABECOM, torna-se útil a consulta ao documentário do seu primeiro congresso nacional. Vide: KUNSCH, Margarida, org. - *O ensino de comunicação no Brasil: análises, tendências e perspectivas*, São Paulo, ECA-USP, 1992.
- 86 A plataforma de atuação da COMPÓS e sua agenda de trabalho está esboçada na memória do seu primeiro encontro nacional. Vide: PEREIRAA, Carlos Alberto Messeder e NETO, Antonio Fausto, orgs. - *Comunicação e Cultura Contemporâneas*, Rio de Janeiro, Notrya Editora, 1992.
- 87 BELTRÃO, Luiz - “A pesquisa nos meios de comunicação e a Universidade”, *Panorama atual da pesquisa em comunicação*, São Paulo, Faculdade de Jornalismo Cásper Líbero, 1968, p. 20-30 (mim.).
- 88 MARQUES DE MELO, José - “A pesquisa em comunicação: panorama brasileiro”, *Comunicação Social: Teoria e Pesquisa*, Petrópolis, Vozes, 1971, p. 99-105.

- 89 AMORIM, José Salomão David de - "A pesquisa em comunicação", *Revista da ABEPEC*, vol. 1, n. 2, Brasília, ABEPEC, 1975, p. 3-10.
- 90 CAPARELLI, Sérgio - "Situação da pesquisa em comunicação na América Latina e no Brasil", *Comunicação de massa sem massa*, São Paulo, Cortez, 1980, p. 105-113.
- 91 PEÑUELA, Eduardo - "Comunicação", *Avaliação & perspectivas*, vol. 1, Brasília, CNPq, 1982, p. 428-437.
- 92 MARQUES DE MELO, José, org. - *Pesquisa em Comunicação no Brasil: tendências e perspectivas*, São Paulo, Cortez/INTERCOM, 1983.
- 93 MARQUES DE MELO, José, coord. - *Inventário da Pesquisa em Comunicação no Brasil: 1883-1983*, São Paulo, PORT-COM/INTERCOM, 1984.
- 94 MARQUES DE MELO, José - "A pesquisa da comunicação na transição política brasileira", *Comunicação e transição democrática*, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985, p. 264-280.
- 95 DENCKER, Ada de Freitas Manetti - "A configuração da pesquisa em comunicação no Brasil" (dissertação de mestrado), São Paulo, ECA-USP, 1988.
- 96 CAPARELLI, Sérgio e MARQUES DE MELO, José - "A pesquisa em comunicação de massa no Brasil: avaliação e perspectivas (CNPq)", *Revista Brasileira de Comunicação*, n. 62/63, São Paulo, INTERCOM, p. 5-46.
- 97 LOPES, Maria Immacolata V. de - "Organização institucional da pesquisa em comunicação", *Pesquisa em Comunicação: formulação de um modelo metodológico*, São Paulo, Loyola, 1990, p. 61-76.
- 98 KUNSCH, Margarida - *O ensino de comunicação*, São Paulo, ABECOM, 1992.
- 99 NETO, Antonio Fausto - "Situação da pesquisa no sistema de pós-graduação em Comunicação", *Anais do III Simpósio da Pesquisa em Comunicação na Região Sul*, Porto Alegre, INTERCOM, 1995.
- 100 LOPES, Marfia Immacolata V. de - "O estado da pesquisa de comunicação no Brasil", *Temas contemporâneos de comunicação*, São Paulo, EDICON/INTERCOM, 1997, p. 13-27.
- 101 KUNSCH, Margarida e DENCKER, Ada, orgs. - *Produção Científica Brasileira em Comunicação - década de 80*, São Paulo, EDICON / INTERCOM, 1997.
- 102 MARQUES DE MELO, José - "Ciências da Comunicação no Brasil", *Teoria da Comunicação: paradigmas latino-americanos*, Petrópolis, Vozes, 1998, p. 85-144.
- 103 STUMPF, Ida e CAPARELLI, Sérgio, orgs. - *Teses e Dissertações em Comunicação no Brasil, 1992-1996*, Porto Alegre, PPGCom/UFRGS.
- 104 MARQUES DE MELO, José & CASTELO BRANCO, Samantha, orgs. - *Pensamento Comunicacional Brasileiro: o grupo de São Bernardo*, São Bernardo do Campo, UMESP, 1999.
- 105 LOPES, Maria Immacolata V. de - "O estado da pesquisa de comunicação no Brasil", *Temas contemporâneos de comunicação*, São Paulo, EDICON/INTERCOM, 1997, p. 16.
- 106 Centro de Documentação da Comunicação nos Países de Língua Portuguesa, órgão criado pela INTERCOM em 1982 para sistematizar as bibliografias de comunicação que vinham sendo realizadas pela entidade desde 1978.
- 107 STUMPF, Ida e CAPARELLI, Sergio - *Teses e Dissertações em Comunicação no Brasil (1992-1996)*, Porto Alegre, UFRGS/PPGCom, 1998, p. 6.
- 108 LOPES, Maria Immacolata V. de - "O estado da pesquisa de comunicação no Brasil", *Temas contemporâneos de comunicação*, São Paulo, EDICON/INTERCOM, 1997, p. 18.
- 109 As contribuições dos comunicólogos brasileiros ao congresso mundial de Bled, cidade localizada na antiga Iugoslávia, hoje incrustada no território da Eslovênia, foi reunido por MARQUES DE MELO, José em *Communication and Democracy - Brazilian Perspectives*, São Paulo, ECA-USP, 1991.
- 110 A memória da participação brasileira nesse evento está contida na coletânea organizada por MARQUES DE MELO, José em *Communication for a New World*, São Paulo, ECA-USP, 1993.
- 111 MARQUES DE MELO, José - "Destaque brasileiro em Glasgow", *Imprensa*, n. 132, São Paulo, Imprensa Editorial, 1998, p. 99-101.